



REVISTA

publicação bimestral da Justiça Federal de Primeiro Grau em São Paulo

DIREITO SISTÊMICO E AS CONSTELAÇÕES FAMILIARES

Como essa filosofia tem sido utilizada no
Judiciário para a solução de conflitos

NESTA EDIÇÃO

Modernização do trabalho

Cão-guia ajuda estagiário na JF

Resgate e adoção de animais

Regularização de áreas quilombolas

Risco dos anticoncepcionais

Subsecretaria de Materiais, Arquivo e
Gestão Documental

TEMPO DE AVANÇAR

A equipe da Diretoria do Foro tem procurado se esforçar para aprimorar os instrumentos de gestão, comunicação e transparência, buscando ferramentas tecnológicas e de inovação, como forma de minorar as restrições orçamentárias vivenciadas pela União e que impactaram a Justiça Federal nos últimos anos.

Um dos mecanismos de contenção de despesas tem sido a revisão dos gastos com aluguel. Nessa perspectiva, além da renegociação dos contratos vigentes, a Diretoria do Foro e o Tribunal Regional Federal da 3ª Região deram novos passos. Em 31/8, foi entregue ao superintendente da Secretaria do Patrimônio da União (SPU), Robson Tuma, o primeiro processo com pleito de permuta de imóvel da União por imóvel particular, que visando ao atendimento das necessidades da Subseção de Sorocaba. A permuta vai ao encontro dos objetivos institucionais de substituir imóveis que geram altos custos por outros que promovam economia de recursos e, ao mesmo tempo, satisfaçam as necessidades de magistrados, servidores e jurisdicionados. Na ocasião, a desembargadora federal Therezinha Cazerta, presidente do TRF3, entregou, ainda, ofício reiterando o pedido de destinação de outras áreas da União para o funcionamento dos fóruns, tendo em conta os gastos com aluguéis e o enfrentamento do orçamento restrito para o próximo ano. Por fim, reproduzindo a experiência de Barueri (2017), estamos procurando viabilizar, com remanejamentos de recursos orçamentários da LOA/2018, a aquisição de um prédio próprio para a Subseção Judi-

ciária de Mauá.

Outra iniciativa ocorrida neste bimestre foram as reuniões descentralizadas para discussão do Projeto “Rede PJe”, encerradas no dia 10/9, em São José dos Campos, transmitida por videoconferência para as subseções que compõem o Polo II do Congip. A reunião encerrou a etapa de apresentação e discussão do projeto, que será atualizado visando à elaboração de proposta definitiva, a ser submetida à consulta para posterior remessa ao TRF3. Essa fase de contribuições foi de grande importância para a versão final, pois os debates levantaram inúmeros detalhes relevantes para o aprimoramento do projeto. A meta é iniciar a implantação de um piloto no primeiro semestre de 2019.

Em 30 de agosto foi realizado o balanço dos primeiros seis meses de trabalho da Comissão de Modernização criada no início da atual gestão. O evento contou com a presença do desembargador Paulo Sérgio Domingues, presidente da Comissão de Informática do TRF3.

Também destacamos a participação de desembargadores, juízes e servidores na 9ª Conferência Internacional sobre gestão de tribunais promovida pela International Association for Court Administration (IACA), que é presidida pelo desembargador federal aposentado Vladimir Passos de Freitas. Neste ano, o evento foi realizado entre os dias 16 e 19/9 em Foz do Iguaçu/PR e reuniu participantes de diversas nacionalidades para proporcionar a troca de experiências entre magistrados que administram tribunais de vários países. Na ocasião, a

Diretoria do Foro e o diretor da Escola de Servidores apresentaram o Laboratório de Inovação (iJusLab) e os projetos que temos em andamento, o que despertou muito interesse dos participantes.

Por fim, ressaltamos que a Justiça Federal de São Paulo está redesenhando a forma de se comunicar com juízes, servidores e público em geral, a fim de aprimorar os instrumentos utilizados e desenvolver ações futuras mais eficientes. Para isso, o Núcleo de Comunicação Social, em parceria com a equipe de inovação da JFSP (Hubgovers), está elaborando um Plano de Comunicação, com o intuito de reorientar as ações da Diretoria do Foro nessa área. Inserido nesse contexto e com vistas à elaboração de um diagnóstico da comunicação interna, foi desenvolvido um questionário para avaliar os atuais canais institucionais e coletar sugestões. Agradecemos imensamente a colaboração na pesquisa, que será de grande valia para o adequado direcionamento da comunicação em nossa instituição.

A seguir, apresentamos os assuntos que serão abordados nessa edição da Justiça em Revista: Direito Sistêmico; Modernização das Ferramentas de Trabalho; Cão-Guia Auxíliário Estagiário da Justiça Federal; Resgate e Adoção de Animais Domésticos; Regularização de Áreas Quilombolas; Subsecretaria de Materiais, Arquivo e Gestão Documental – UMAD e muito mais.

Boa leitura!
Luciana Ortiz Zanon
Caio Moysés de Lima
Décio Gabriel Gimenez



Luciana Ortiz Tavares Costa Zanon
Juíza Federal Diretora do Foro

Caio Moysés de Lima
**Juiz Federal Vice-Diretor do Foro
(capital)**

Décio Gabriel Gimenez
**Juiz Federal Vice-Diretor do Foro
(interior)**

Maria Helena de Almeida Santos
Diretora da Secretaria Administrativa

Ricardo Acedo Nabarro
**Diretor do Núcleo de
Comunicação Social**

Seção de Multimídia e Audiovisual
Hélio C. Martins Júnior (supervisor)
Coaracy Caracas Soares Santos
Edson Nagase
Javã de Carvalho

**Seção de Produção de Texto
e Atendimento à Imprensa**

Jefferson Messias (supervisor)
Kátia Serafim
Mariana Galluzzi de Sá

Contato: imprensa-jfsp@jfsp.jus.br
Telefones: (11) 2172-6175/6174

Leia esta e outras edições em:
<http://www.jfsp.jus.br/imprensa/>

MODERNIZAÇÃO DAS FERRAMENTAS DE TRABALHO



4ª reunião da Comissão de Modernização realizada em 30/8

No último dia 30 de agosto, a Comissão de Modernização da Diretoria do Foro da Seção Judiciária de São Paulo reuniu-se para fazer um balanço dos seus primeiros seis meses de trabalho. Prestigiaram o evento o desembargador Paulo Sérgio Domingues, presidente da Comissão de Informática do TRF3, e os servidores Jader Carlos Videira, diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação do TRF3 - SETI, e Jorge Akio Fukagawa, diretor da Divisão de Sistemas Administrativos e Apoio – DSPE da SETI.

A Comissão de Modernização, criada em março de 2018, tem como objetivo promover o aperfeiçoamento das ferramentas de trabalho da Administração, especialmente, mas não apenas, na área de tecnologia. Integram a comissão o Vice-Diretor do Foro da Capital e os Diretores da Secretaria Administrativa e das Subsecretarias da Administração Central, que se reúnem regularmente para discutir, planejar e coordenar as ações voltadas à realização desse objetivo.

Para a juíza federal Luciana Ortiz, diretora do Foro, a criação de uma comissão para aprimorar as ferramentas de trabalho é estratégica e corrobora a importância da inovação na Seção Judiciária. “Apesar dos avanços que tivemos nos últimos anos, notadamente com a inauguração do Laboratório de Inovação e a implantação da gestão de processos e de riscos, ainda estamos atrasados em termos de modernização e tecnologia, com muito trabalho manual e retrabalho”.

“O foco de atuação da Comissão de Modernização tem sido a gestão de dados. A meta é criar um armazém de dados (data warehouse), isto é, um vasto repositório para os dados gerados pela Administração, que permita a produção de relatórios gerenciais mais robustos para subsidiar as decisões gerenciais. Queremos disseminar entre os vários setores administrativos boas práticas e instrumentos modernos de automação que facilitem a alimentação desse futuro armazém de dados e, ao mesmo tempo, melhore os fluxos de trabalho”, afirma o juiz federal Caio Moisés de Lima, vice-diretor do Foro e coordenador da comissão.

“A comissão adotou como um de seus princípios evitar novas demandas por sistemas de informática. Procuramos atingir nossos objetivos com o uso de ferramentas já disponíveis, como o Excel e o Power BI da Microsoft, oferecendo aos servidores treinamento específico nessas tecnologias. Mas haverá necessidade de desenvolver ao menos dois sistemas novos: um de administração predial e outro de gestão de licitações e contratos. Esses projetos foram assumidos pela Diretoria do Foro e serão conduzidos pela SUMF (Seção de Modernização de Processos Orçamentários e Financeiros) sob a supervisão da SETI, exatamente como feito em outros projetos bem-sucedidos, como o SIACOR e o Sistema de Diárias e Passagens”, conta o juiz. ■

Primeiros avanços

Alguns projetos começam a sair do papel e outros avançam com estudos para implantação futura. Entre as várias ações já concluídas ou em andamento, destacam-se:

- **Implantação do Sistema de Controle de Bens Permanentes - SIMAP:** em funcionamento desde julho deste ano na Seção Judiciária de São Paulo (o sistema já estava em funcionamento do TRF3), permite o controle informatizado de todos os bens integrantes do acervo permanente. A Implantação mobilizou 272 unidades judiciais e administrativas para o cadastro de mais de 150.000 itens patrimoniais.

- **Implantação do módulo de bens de consumo do SIMAP:** a próxima etapa na implementação do SIMAP será a inclusão dos bens de consumo (almoxarifado). A meta é atingir esse objetivo até o final de 2018.

- **Automação da Movimentação de Servidores (em desenvolvimento):** a Incubadora de Soluções Tecnológicas do iJusLab elaborou um protótipo de sistema de triangulação de servidores com o uso de um algoritmo utilizado nos Estados Unidos para alocação de médicos recém-formados em programas de residência. A partir desse protótipo, a SETI iniciou o desenvolvimento da ferramenta no eGP. Espera-se que os primeiros testes se iniciem até o fim do ano. Uma vez implantada, a ferramenta permitirá a realização de remoções periódicas de servidores, mediante triangulação

- **Administração Predial e Gestão de Licitações e Contratos (em desenvolvimento):** os dois projetos foram assumidos pela Diretoria do Foro e serão conduzidos pela SUMF, sob a supervisão da SETI. O sistema de administração predial permitirá concentrar num só banco de dados todas as informações de cada um dos fóruns e prédios administrativos da Seção Judiciária de São Paulo. O sistema de gestão de licitações e contratos pretende oferecer ferramentas para auxiliar os gestores em todas as fases da contratação, desde o planejamento até a execução. O sistema será criado paulatinamente, em módulos. O primeiro deles, já iniciado, será o de planejamento.

- **Outras ações previstas:** inclusão da Equipe de Gestão de Dados e da Incubadora de Soluções Tecnológicas no âmbito do iNovaJus, como partes integrantes do iJusLab; prospecção de serviços em nuvem; apresentação ao TRF3 de proposta de normatização do desenvolvimento colaborativo; implantação de infraestrutura e ferramentas de desenvolvimento ágil no iJusLab; entre outros.

ACONTECEU – AGOSTO/SETEMBRO



DOAÇÕES – Jales e São Carlos entregaram doações provenientes de prestações pecuniárias a entidades assistenciais dos municípios.



UMA TARDE NA JUSTIÇA FEDERAL - A 1ª Vara Federal de Sorocaba recebeu estudantes de uma escola estadual de Votorantim/SP.



ASSÉDIO - No dia 24/8, aconteceu no auditório do Fórum Ministro Pedro Lessa, uma sessão de cinema com o documentário *Chega de Fiu Fiu*, que discute o tema assédio sexual. Após a exibição, foi realizado um debate e uma oficina sobre o tema. 📺



IACA - Desembargadores, juízes e servidores da 3ª Região participaram da 9ª Conferência da International Association For Court Administration, em Foz do Iguaçu, que aconteceu entre 16 e 19/9.



MODERNIZAÇÃO - A 4ª reunião da Comissão de Modernização da JFSP foi realizada em 30/8.



FUNPRESP-JUD - No dia 20/8, o diretor-presidente do Funpresp-Jud, Amarildo Vieira de Oliveira, esteve na JFSP para demonstrar os resultados obtidos em 2017.

PROJETO REDE PJE - Nos meses de agosto e setembro, a Diretoria do Foro apresentou e debateu o projeto nas subseções de Campinas, Guarulhos, Bauru, Araçatuba, São José dos Campos e na capital, com juízes e servidores.





LABORATORIO DE GOBIERNO - Em agosto, a juíza federal Luciana Ortiz visitou o laboratório de governo de Santiago, no Chile.



CONCILIAÇÃO – No dia 27/8, a Subseção de Registro realizou a 1ª audiência virtual de conciliação em parceria com a Caixa.



CLISP - O Centro Local de Inteligência da Justiça Federal na Seção Judiciária de São Paulo foi instituído em 20/7. O CLISP é presidido pela juíza federal Katia Herminia Roncada.



HUBGOV SAMPA – O iJusLab promoveu o “1 Encontro Hubgov Sampa”, no início de agosto. O objetivo do encontro foi realizar um bate-papo sobre o evento Hubgov, que ocorreu nos meses anteriores. 📺



VISITA – No mês de agosto, o iJusLab recebeu a visita de alunos e professores de gestão da tecnologia de informação da FIAP.



SEMINÁRIO - Juízes e desembargadores da 3ª Região participaram do Seminário Interinstitucional de Autocomposição de Conflitos, na Faculdade de Direito de Sorocaba, entre 9 e 10/8.



CAPACITAÇÃO - Aconteceu nos dias 13 e 14/8, no JEF/SP, um treinamento sobre a Nova Sistematização Orçamentária do Teto dos Gastos Públicos, ministrado pelo especialista do CJF, Gustavo Bicalho. 📺



EDUCAÇÃO FINANCEIRA - Aconteceu, em 5/9, no auditório do JEF/SP uma palestra sobre educação financeira, ministrada pelo especialista do Banco Central, Fábio Araujo.

📺 Este ícone indica que a matéria possui um vídeo na Internet.

DECISÕES JUDICIAIS

Acesse a íntegra das notícias clicando no ícone correspondente. 🌐

06/08 - FUNCIONÁRIO DA PETROBRÁS DEMITIDO DURANTE A DITADURA MILITAR É INDENIZADO

Um funcionário da Petrobrás que foi demitido por ter participado de greve em 1983 e teve seu nome divulgado pela empresa em uma lista, com acusação de ser subversivo, receberá indenização por danos morais. 🌐

07/08 - CONFIRMADA INDENIZAÇÃO A TRANSEXUAL QUE TEVE FICHA DIVULGADA NA INTERNET

TRF3 negou provimento da União e confirmou indenização de R\$ 60 mil por dano moral a uma adolescente transexual fotografada por oficial do exército e que teve a ficha de alistamento divulgada pelo aplicativo WhatsApp, espalhando-se pelas redes sociais. 🌐

07/08 - JF CONDENA AUTOR DE EXPLOSAÇÃO EM AGÊNCIA BANCÁRIA

Uma pessoa foi condenada a pena de oito anos e oito meses de reclusão por implodir um caixa eletrônico e subtrair mais de R\$ 14 mil da Caixa Econômica Federal. O crime aconteceu em 2014 em Jundiaí/SP. 🌐

14/08 - IBAMA NÃO PODE APREENDER ANIMAIS MANTIDOS EM ASSOCIAÇÃO DE FRANCISCANOS

A Justiça Federal determinou que a Associação Missionária dos Franciscanos Menores Conventuais permaneça com a guarda dos animais silvestres mantidos na entidade e suspendeu o auto de infração que exigia pagamento de multa ao Ibama. 🌐

15/08 - JUSTIÇA FEDERAL DETERMINA REFORÇO DO POLICIAMENTO NA RODOVIA FERNÃO DIAS

Liminar determinou que a União aumente o efetivo de policiais rodoviários em trecho da Rodovia Fernão Dias, reative as unidades operacionais na região de Atibaia e Vargem, e construa uma nova UOP no km 82, para substituir a que foi desativada para a obra do rodoanel. 🌐

16/08 - ESTUDANTE GARANTE TRANSFERÊNCIA DE UNIVERSIDADE PARA TRATAMENTO

Uma estudante de medicina, regularmente matriculada na Universidade Federal de Integração Latino-Americana – Unila, conseguiu judicialmente sua transferência para a Universidade Federal de São Paulo – Unifesp, devido à necessidade de realização de tratamento de saúde na capital paulista. 🌐

22/08 - CLUBE NÃO PODE OBSTRUIR ACESSO PÚBLICO À PRAIA

A Justiça Federal determinou que o Yate Clube Martin de Sá, localizado em Caraguatuba/SP, dê livre acesso ao público à praia localizada em frente ao imóvel, devendo, para tanto ser construída uma servidão de passagem sobre o empreendimento. 🌐

22/08 - SUSPENSOS SITES QUE COBRAVAM POR SERVIÇOS GRATUITOS DO GOVERNO FEDERAL

MPF apurou irregularidades em sites privados que utilizavam o nome do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) para cadastrar fornecedores cobrando taxas de prestação do serviço oferecido pelo Governo Federal, gratuitamente. 🌐

29/08 - RECEBIDA DENÚNCIA CONTRA ANDRÉS SANCHEZ POR CRIME TRIBUTÁRIO

A 8ª Vara Federal Criminal de São Paulo/SP recebeu a denúncia contra Andrés Sanchez e mais três réus, responsáveis pela empresa Orion Embalagens, por suprimirem tributos federais e contribuições previdenciárias, omitindo dados às autoridades fazendárias. 🌐

31/08 – CINCO SÃO CONDENADOS POR FRAUDE À LICITAÇÃO NA “MÁFIA DAS AMBULÂNCIAS”

Cinco réus foram condenados pela prática de fraude à licitação na prefeitura de Cananeia/SP, em 2005. Os fatos apurados neste processo são um desdobra-

mento do esquema que ficou conhecido como “Máfia das Ambulâncias”, descoberto em 2006 pela Polícia Federal através da Operação Sanguessuga. 🌐

10/09 - CEF E CONSTRUTORA DEVEM INDENIZAR MUTUÁRIOS POR PROBLEMAS EM OBRAS

Moradores do Loteamento Jardim Bom Retiro, em Monte Alto (SP), serão indenizados por problemas em seus imóveis decorrentes de vícios em sua construção. O TRF decidiu que a construtora Calio e Rossi Engenharia Ltda e a CEF deverão pagar R\$ 24.097,00 a cada um dos 55 mutuários do conjunto habitacional. 🌐

11/09 - INEP É CONDENADO POR NÃO ADEQUAR PROVA PARA CANDIDATOS ESPECIAIS

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – Inep foi condenado a pagar R\$ 25 mil de indenização por danos morais e R\$ 10 mil, a título de multa, para duas pessoas com Síndrome de Asperger, devido a não adequação da prova do Exame Nacional do Ensino Médio – Enem de 2016. 🌐

14/09 – DETERMINADA REINTEGRAÇÃO DE POSSE EM ÁREA OCUPADA PELO AEROCULUBE DE SP

A 6ª Vara Federal Cível de São Paulo/SP determinou a reintegração de posse de uma área de quase 13 mil m² ocupada pelo Aeroclube de São Paulo no Campo de Marte, na capital paulista, incluindo o espaço utilizado pelo Bar Brahma. 🌐



CÃO-GUIA AUXILIA ESTAGIÁRIO DA JUSTIÇA FEDERAL

Era 13h do dia 2 de agosto, uma quinta-feira cinzenta, quando Baduska começou seu expediente em definitivo no Fórum Federal de Sorocaba, após três dias de treinamento. Está fazendo “estágio” na 3ª Vara Federal. Baduska é uma labradora de 1 ano e 10 meses, cão-guia do estagiário Murilo Henrique Delgado Mariano, 23 anos, deficiente visual, estudante do 2º ano de Direito da Universidade Paulista (UNIP) e estagiário da 3ª Vara desde março de 2018.

Murilo nasceu com glaucoma congênito. Em 2018, ficou sabendo desse projeto do cão-guia do Instituto Magnus. “Já havia me inscrito para outros projetos, mas nunca tinha conseguido. Aí surgiu esse projeto aqui na região, eu me inscrevi, não estava muito confiante, achei que ia ser só mais um projeto... Então me ligaram para fazer a entrevista e me chamaram para o treinamento”.

O Instituto surgiu em 2016, com a finalidade de realizar o treinamento de cães-guias para dar autonomia, mobilidade e uma nova perspectiva de vida a pessoas com deficiência visual. George Thomaz Harrison, treinador do Instituto Magnus e responsável pelo treinamento de Baduska, explica: “existem poucos cães devido ao baixo investimento no treinamento dos cães-guia e falta de famílias voluntárias para recebê-los durante o período de socialização”.

Famílias Socializadoras

Aos três meses de vida, o cão começa a conviver com uma família que se propõe a apresentá-lo às mais variadas situações do dia a dia. Uma rotina rígida, como levar o cão para passear, usar transporte público, viajar, conviver com

crianças e, sobretudo, passar grande parte do dia com os cães.

Os instrutores também fazem as entrevistas e as seleções das pessoas com deficiência visual que podem ser beneficiadas com o cão-guia. “Fazemos a adaptação do cão já treinado com a pessoa que foi escolhida, verificamos a velocidade do andar e a dinâmica de interação para fazer o encaixe mais adequado possível do cão com o usuário. Nosso alvo final é observar o deficiente visual andando de maneira independente com o cão-guia. Todos os cães são doados, não existe venda de cão-guia no Instituto Magnus”, diz George.

A juíza federal Sylvia Marlene de Castro Figueiredo, coordenadora da Subseção de Sorocaba, comemora a conquista de Murilo. “Estamos muito felizes com o fato de o nosso estagiário ter sido contemplado com um cão-guia. Isso constitui um facilitador para a sua inclusão tornando possível a sua locomoção ao estágio, de maneira independente. Esse cão irá auxiliá-lo a andar pelas ruas com agilidade, a desviar dos obstáculos, ganhando, dessa forma, independência”, disse a juíza.

“É motivo de orgulho nossa unidade jurisdicional ser beneficiada com o excelente trabalho do estagiário Murilo e, talvez, a pioneira em receber o cão-guia que lhe auxilia na locomoção, além de proporcionar um clima agradável no trabalho pelo fascínio que desperta em todos”, disse o juiz federal da 3ª Vara Federal, Arnaldo Dordetti Júnior.

O Instituto tem área de atuação na região de Sorocaba e George ressaltou a importância da divulgação, para que



outras pessoas possam vir a ser socializadoras. “O que mais queremos é cada vez mais pessoas com cão-guia andando de maneira independente por toda a região e até mesmo no Brasil, com o devido respeito que a lei assegura”, completa o treinador.

Ainda em adaptação, Murilo e Baduska parecem já bem próximos. Tornaram-se sensação nos corredores do Fórum Federal de Sorocaba. “Todo mundo quer parar para mexer com ela, brincar. Às vezes tenho que ser meio rígido, porque, afinal, ela está em serviço”. Murilo conta que, quando Baduska está com a alça-guia, o correto é ninguém mexer com ela, para ela entender que está “trabalhando”. Quando tira a guia, é hora de relaxar. “Aí ela pode brincar”. ■

DIREITO SISTÊMICO E AS CONSTELAÇÕES FAMILIARES

Cada vez mais utilizada no âmbito do Poder Judiciário, a filosofia das Constelações Familiares tem representado um método efetivo para a solução de conflitos, seja entre as partes de um processo ou mesmo no relacionamento entre juízes, servidores, jurisdicionados e operadores do Direito.

A Constelação Familiar, na forma como se apresenta hoje, foi desenvolvida pelo psicoterapeuta e filósofo alemão, Bert Hellinger, que embasou o seu trabalho em três leis sistêmicas: o pertencimento, a hierarquia e o equilíbrio. “Essas três leis estão estabelecidas basicamente na necessidade de um clã, e foram tão importantes para a sobrevivência humana que passaram a ser uma espécie de comportamento instintivo das pessoas”, explica o professor Décio Fábio de Oliveira Júnior, fundador do Instituto Desenvolvimento Sistêmico para a Vida – IDESV.

Pertencimento - “Significa que todos pertencem e todos têm o mesmo direito de pertencer. Quando nascemos, passamos a pertencer a uma família, esse é o nosso sistema de origem. O pertencimento indica que todos devem ter um reconhecimento dentro desse sistema”, pontua Marcos Antônio de Castro, diretor de secretaria do JEF de Botucatu/SP e constelador familiar.

Hierarquia - Também chamada de ordem, significa que quem veio antes tem precedência sobre os que vieram depois. “O exemplo mais comum é a precedência dos pais em relação aos filhos. Bert Hellinger percebeu que dentro de um clã ou grupo existe uma ordem hierárquica para manter a harmonia entre seus integrantes”, ressalta a juíza federal Monique Marchioli Leite, da Turma Recursal de Mato Grosso do Sul, formada em Justiça Sistêmica.

Equilíbrio – É o equilíbrio entre dar e receber. Bert constatou a existência de mecanismos de compensação nas relações dentro de um grupo. Por exemplo, se um indivíduo dá algo para o outro, aquele que recebeu sente a necessidade de retribuí-lo de alguma forma.

A compreensão desses três princípios gerou um corpo de conhecimento que Bert Hellinger batizou de *Familienaufstellung*, um termo alemão que significa posicionar os elementos em uma determinada configuração no sistema familiar, e que traz a noção “de que existe uma ordem básica que, uma vez compreendida e seguida, viria a solucionar muito dos problemas de relacionamento que enfrentamos na sociedade moderna”, frisa Décio de Oliveira.

Direito Sistêmico - A aplicação das Constelações Familiares dentro do Judiciário é o que ficou conhecido como Direito Sistêmico, expressão criada pelo juiz brasileiro Sami Storch, pioneiro no uso dessa filosofia no Tribunal de Justiça da Bahia.

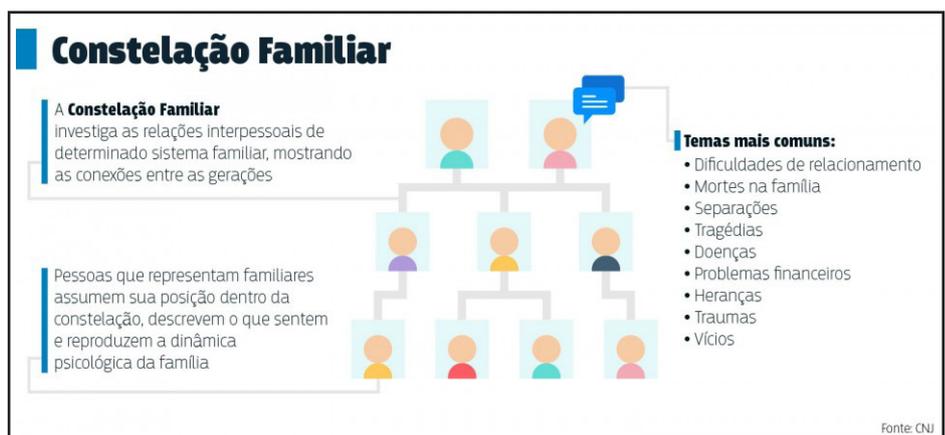
Após ter feito a sua formação em Constelação Familiar, o magistrado começou a aplicá-la nos casos que conduzia e percebeu sua eficácia na solução dos conflitos. Passou então a fazer

workshops e mutirões de conciliação com o método, atingindo índices de 90% a 100% de acordos.

“No Direito nós tratamos de relações humanas e as Constelações Familiares servem justamente para tratar dos relacionamentos. São ciências que estão conectadas. Quando tive contato com as Constelações, imediatamente eu imaginei como elas poderiam ser aplicadas na solução dos conflitos com os quais lidamos na Justiça”, observa Sami Storch.

O magistrado cita um desses casos. “Havia um casal que, em decorrência do divórcio, tinha 25 processos na Justiça, entre pensão alimentícia, guarda dos filhos, execução de alimentos, violência doméstica etc. Ambos foram convidados para participar de uma constelação e, dois meses depois, realizamos uma audiência. O que aconteceu? Eles se tornaram amigos. A constelação conseguiu revelar o que estava por trás das demandas, e eles chegaram à audiência com um olhar amigável. E acabaram com os processos!”

Os resultados alcançados por meio da utilização desse método foram reconhecidos pelo Conselho Nacional de Justiça, inclusive com trabalhos premiados sobre o tema. Com o passar do tempo, outros tribunais do país começaram



A Constelação Familiar não se trata de astrologia, exoterismo ou religião



Bert Hellinger tem hoje 92 anos de idade e continua disseminando os princípios sistêmicos ao redor do mundo

a introduzir a filosofia das Constelações, especialmente nas varas de família.

“O Direito Sistêmico é um dos ramos que mais cresce e hoje é uma realidade na Justiça brasileira. Recentemente tivemos no Brasil o primeiro Congresso Internacional de Direito Sistêmico, além de eventos como o Workshop Inovações na Justiça, realizado pelo Conselho da Justiça Federal”, diz Marcos Castro.

Curso na EMAG - No mês de agosto, a Escola de Magistrados da 3ª Região (EMAG) promoveu o curso “Noções Introdutórias sobre Justiça Sistêmica e Direito Sistêmico”, coordenado pela juíza federal Monique Marchioli e ministrado por Décio de Oliveira e Marcos Castro. Além das aulas expositivas, o curso contou com exercícios de como aplicar, no contexto da Justiça Federal, a dinâmica das Constelações Familiares e a chamada postura sistêmica.

Depois do curso, foi solicitado que os participantes elaborassem uma atividade narrando alguma situação

em que perceberam as leis sistêmicas em sua própria vida. “Foram vários feedbacks interessantes, demonstrando que a compreensão dessas leis traz uma nova forma de solucionar conflitos, sem necessariamente ter que realizar a técnica da Constelação em si. Apenas a postura com as observâncias das leis sistêmicas já pode levar a resultados positivos em qualquer aspecto de nossa vida, seja educacional, profissional ou pessoal”, aponta Marchioli.

“Foi uma experiência renovadora, um presente para a alma. Aprendemos como o respeito às três leis tornam o convívio em qualquer grupo mais fácil e harmônico, gerando frutos na qualidade de vida de todos e refletindo, como consequência, na qualidade da prestação jurisdicional”, expressou a juíza federal Katia Herminia Roncada, participante do curso.

Experiências na 3ª Região - O servidor Marcos Castro conta que a abordagem da postura sistêmica já tem sido aplicada há algum tempo no JEF de Botucatu. “Percebemos que, ao trazer o pertencimento, a hierarquia e o equilíbrio, conseguimos harmonizar as relações entre todos. Nas palavras do magistrado: acabou a confusão!”

A 2ª Vara Federal Previdenciária de São Paulo também tem buscado maneiras de aplicar os princípios sistêmicos. “Ainda estamos em fase do planejamento, mas já conversamos com servidores de outras unidades com experiência em constelações sistêmicas, advogados e procuradores do INSS”, frisou a juíza fe-



Unidades federativas que já utilizam o método

Fonte: Matheus Durães / Arte CNJ

deral Márcia Hoffman.

A magistrada relata que 11 servidores, entre os que estão lotados ou que já passaram pela 2ª Vara, tiveram alguma forma de contato com a Constelação Familiar. “Duas servidoras fizeram o curso e uma delas já está qualificada como facilitadora. Alguns auxiliam, voluntariamente, grupos regulares de Constelação. Eu mesma já participei várias vezes”, destaca.

Apesar dos resultados positivos, especialistas ressaltam que esse método não deve ser visto como a solução para todos os problemas. “Não podemos banalizar o uso da Constelação Familiar, ou mesmo querer que ela venha como substituição a todos os outros métodos e abordagens que existem. Ela vem para somar e entra somente se convidada”, alerta Marcos Castro.

“É importante que as pessoas entendam que as constelações não são um novo corpo normativo, uma religião ou uma prescrição moral. Elas são apenas um jeito novo de olhar para as pessoas, de forma a facilitar que elas tenham uma solução para seus conflitos de forma mais leve, mais rápida e eficiente”, comenta Décio de Oliveira.

Para Monique Marchioli, “o movimento sistêmico fenomenológico, seja através da utilização das Constelações Familiares ou de posturas sistêmicas, é um convite a um novo olhar, sobretudo a conscientização de que se eu quero um Poder Judiciário forte e eficiente, a mudança começa por mim”. ■



Participantes do curso realizado pela EMAG em agosto/2018

RESGATE E ADOÇÃO DE ANIMAIS DOMÉSTICOS

Estima-se que cerca de nove milhões de animais vivam nas ruas da Grande São Paulo atualmente. Os motivos do abandono são muitos: mudança de endereço, novo estilo de vida, envelhecimento do animal ou até mesmo ter enjoado do bicho com o passar do tempo. Esses animais acabam vivendo nas ruas onde estão expostos a doenças, maus-tratos, fome e frio, além de continuarem se reproduzindo e aumentando o número de animais abandonados.

A fim de reverter essa realidade, muitas pessoas se voluntariam para resgatar, tratar, castrar e entregar os animais para adoção. É um trabalho difícil, pois muitos chegam machucados e doentes e precisam de cuidados médicos, medicamentos, exames e até mesmo cirurgias. Em geral, todos os procedimentos são custeados por doações.

O Instituto MAPAA atua no resgate de animais vítimas de maus-tratos, como o cachorro Bolt, que após uma denúncia, foi resgatado pela ONG. O animal estava bastante machucado e com queimaduras pelo corpo. Depois de prestados os cuidados veterinários, Bolt se recuperou e atualmente a equipe une forças para tentar encontrar um lar para ele.

“Olá, eu sou o Fênix (foto) e me batizaram assim porque eu realmente nasci de novo. Fui envenenado e só não morri porque a tia foi lá me pegar e levar correndo pra tia de branco cuidar de mim. (...) Mereço uma chance de ganhar um lar, você não concorda?”

O trecho acima é parte do perfil de um gato disponível para adoção na ONG Adote um Gatinho (AUG), que é considerada a maior do Brasil no resgate e adoção de gatos. Todos os perfis e fotos dos animais estão no site www.adoteumgatinho.com.br, que também conta com informações sobre como adotar e como resgatar um gatinho. ■

Fontes:
www.adoteumgatinho.com.br/
www.mapaa.org.br
www.pea.org.br

Como adotar

O primeiro passo é pesquisar e se conscientizar sobre o custo de ter um animal. É importante saber se haverá recursos para mantê-lo. A estrutura física também deve ser levada em consideração, pois para adotar um gato, por exemplo, todas as janelas do imóvel devem ser teladas, a fim de evitar fugas ou acidentes. Uma vez tomada a decisão, você deve procurar o Centro de Controle de Zoonoses da sua cidade, ou uma ONG. Muitas divulgam fotos e perfil dos animais online. Geralmente, é preciso assinar um termo de responsabilidade. Algumas entidades visitam a casa do adotante para se certificar de que o animal será bem cuidado e não terá chances de acabar nas ruas novamente, perdido ou abandonado.

Quem não quer adotar, também pode ajudar

Se você não tem condições ou não quer adotar, pode ajudar de outras maneiras:

Doe: Você pode ajudar alguma ONG doando rações, cobertores, coleiras e acessórios, ou mesmo quantias em dinheiro.

Divulgue: Utilize suas redes sociais para divulgar animais resgatados para adoção.

Apadrinhe: Algumas ONGs permitem que você apadrinhe um animal acolhido até que ele seja adotado. Você escolhe o animal e faz uma doação periódica para ele, podendo visitá-lo ou receber fotos de seu desenvolvimento.

Ofereça lar temporário: Se você tem espaço na sua casa, pode oferecer lar temporário a um animal. O animal vai para sua casa quando estiver saudável e apto para adoção, e fica sob seus cuidados até que a equipe da ONG encontre um lar para ele.

Denuncie: Maus-tratos a animais podem e devem ser denunciados às sociedades protetoras. No estado de São Paulo, denúncias podem ser feitas pelo site: <http://www.ssp.sp.gov.br/depa>



Gato Fênix, disponível para adoção no site: www.adoteumgatinho.com.br

OS RISCOS DAS PÍLULAS ANTICONCEPCIONAIS

Não é de hoje que mulheres debatem e questionam sobre os efeitos colaterais das pílulas anticoncepcionais, mas até que ponto os seus benefícios se sobressaem aos riscos à saúde da mulher?

Desde o lançamento da Enovid-10, a primeira pílula anticoncepcional, comercializada em 1960 nos EUA, os contraceptivos orais já sofreram drásticas transformações. De acordo com um relatório de 2013 da Planned Parenthood, inicialmente o medicamento tinha uma dose 65 vezes maior de progesterina do que as pílulas mais modernas.

Os anticoncepcionais orais são, hoje, uma das classes de medicamentos mais utilizadas no mundo. Contudo, inúmeros estudos já realizados foram inconclusivos sobre os riscos de se utilizar um anticoncepcional. Mesmo assim, cada vez mais mulheres têm deixado de usar anticoncepcionais hormonais, substituindo-os por outros métodos.

A correlação entre a incidência de câncer de mama e as pílulas anticoncepcionais perdeu força nos últimos anos, devido à diminuição da quantidade de hormônios presente nos fármacos. No entanto, em 2017 foi publicado um estudo realizado com toda a população feminina da Dinamarca, entre 15 e 49 anos de idade, que concluiu que as voluntárias que usavam pílula tinham chance 20% maior de desenvolver a doença.

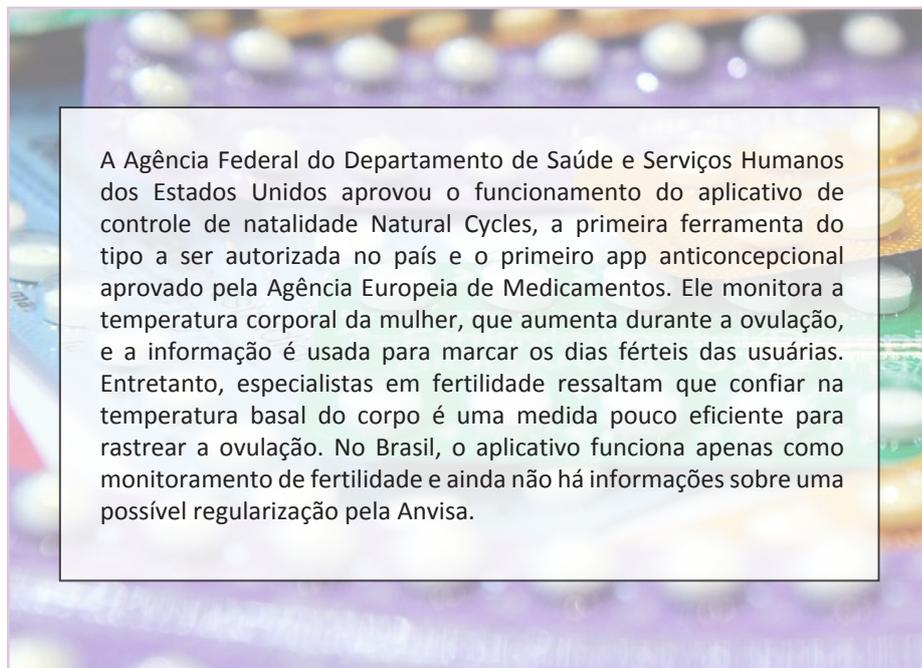
Por outro lado, um estudo realizado com mais de 45 mil mulheres do Reino Unido, acompanhadas por 44 anos, evidenciou que o uso do anticoncepcional hormonal oral reduziu em 33% o risco de câncer de ovário, em 34% o câncer de endométrio e em 19% o câncer de intestino.

Com relação à trombose, não há nenhuma comprovação de que o anticoncepcional aumente o risco de desenvolver a doença. Alguns estudos apontam a teoria de que a pílula causa resistência às proteínas C-reativas, que são anticoagulantes naturais do organismo, o que acarretaria desequilíbrio do sistema circulatório.

No caso do risco de formação de coágulos (eventos tromboembólicos), a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) esclarece que ele depende do tipo de hormônio progesterona presente no anticoncepcional. Mulheres que utilizam contraceptivos contendo drospirenona, gestodeno ou desogestrel têm um risco de 4 a 6 vezes maior de desenvolver tromboembolismo venoso do que as mulheres que não usam contraceptivos hormonais combinados.

A Agência destaca que antes do início do uso de qualquer contraceptivo, deve ser realizado minucioso histórico individual e familiar da mulher e um exame físico incluindo medição da pressão arterial, exames das mamas, fígado, extremidades e órgãos pélvicos, assim como o Papanicolau. Esses exames clínicos devem ser repetidos pelo menos anualmente durante o uso de medicamentos contraceptivos. Dessa forma, é necessário que a indicação médica seja adequada ao perfil individual da paciente.

A Anvisa também alerta que, o risco de eventos tromboembólicos associados ao uso dos contraceptivos orais combinados é conhecidamente pequeno se comparado aos benefícios dos anticoncepcionais na prevenção da gravidez.



A Agência Federal do Departamento de Saúde e Serviços Humanos dos Estados Unidos aprovou o funcionamento do aplicativo de controle de natalidade Natural Cycles, a primeira ferramenta do tipo a ser autorizada no país e o primeiro app anticoncepcional aprovado pela Agência Europeia de Medicamentos. Ele monitora a temperatura corporal da mulher, que aumenta durante a ovulação, e a informação é usada para marcar os dias férteis das usuárias. Entretanto, especialistas em fertilidade ressaltam que confiar na temperatura basal do corpo é uma medida pouco eficiente para rastrear a ovulação. No Brasil, o aplicativo funciona apenas como monitoramento de fertilidade e ainda não há informações sobre uma possível regularização pela Anvisa.

Fontes:
www.portal.anvisa.gov.br
www.oncoguia.org.br
www.ufjf.br
www.naturalcycles.com
www.hospitaloswaldocruz.org.br

REGULARIZAÇÃO DE ÁREAS QUILOMBOLAS

As comunidades quilombolas são grupos étnicos predominantemente constituídos pela população negra rural ou urbana, que se autodefinem a partir das relações específicas com a terra, o parentesco, o território, as tradições e práticas culturais próprias. Esses grupos também têm a presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida, desde o período escravista até os dias atuais.

Na esfera federal, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é a autarquia competente para a titulação dos territórios quilombolas. As terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos são utilizadas para a garantia de sua perpetuação social, econômica e cultural. Estima-se que existam no Brasil mais de três mil comunidades quilombolas.

Algumas vezes, a discussão sobre a regularização fundiária desses territórios acaba sendo decidida na Justiça Federal. Foi o que aconteceu em maio de 2018, quando a 2ª Vara Federal de Campinas/SP julgou procedente uma ação movida pelo INCRA para declarar a desapropriação, por interesse social, de uma área de quase dez hectares a fim de ser destinada ao “Território Comunidade Quilombola Brotas”, situada no município de Itatiba/SP.

Na ação, o INCRA sustentou que a referida área tinha sido declarada de interesse social para fins de desapropriação, nos termos da Constituição Federal. Também alegou que a caracterização da Comunidade de Brotas como remanescente de quilombo ocorreu mediante estudo antropológico.

Um relatório técnico-científico, elaborado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo – ITESP, apontou que os membros do Quilombo Brotas ocupavam o território há mais de 120 anos, ao longo



Antiga edificação do Quilombo do Carmo

dos quais serviu de abrigo para diversas famílias negras e escravos fugidos das fazendas das regiões de Campinas, Atibaia e Jundiá.

Ao julgar a desapropriação procedente, o juiz federal Renato Câmara Nigro destacou a pressão exercida pela especulação imobiliária da região, o que fez ser ainda mais necessária a proteção da área onde a comunidade vivia. “Há, de fato, um legado, uma herança cultural e material que confere à comunidade uma referência presencial no sentimento de ser e pertencer a um lugar específico, num contexto em que, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida”, apontou o magistrado na sentença.

Outros casos que também chegam à Justiça Federal são processos que buscam a reintegração de posse de territórios quilombolas. Em outubro de 2017, a juíza federal Marilaine Almeida Santos, da 2ª Vara Federal de Barueri/SP, indeferiu o pedido de liminar feito pelo município de São Roque/SP que requeria a reintegração de posse de uma área de 9.600 m², conhecida como Patrimônio do Carmo.

Na ação, a prefeitura afirmou que o local seria destinado à construção

de uma praça pública, mas foi invadido sob a alegação de ser um antigo quilombo. Posteriormente, o INCRA ingressou como parte no litígio e informou que estudos preliminares fornecidos pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) indicaram que a área da ocupação integrava o território da Comunidade Remanescente de Quilombo do Carmo.

A autarquia federal apresentou um relatório confirmando que a comunidade, composta por cerca de 170 famílias, ocupava uma área de 16 hectares e sua sobrevivência estava sendo ameaçada pela especulação imobiliária.

Ao indeferir a tutela de urgência, a juíza levou em conta o “perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão”, pois caso a liminar fosse concedida em favor da prefeitura, os invasores teriam que abandonar a área e, ainda que a decisão final do processo fosse favorável a eles, seria praticamente impossível retornarem ao local.

De uma forma ou de outra, os processos sobre esse tema lidam com questões de extrema importância, relacionadas à política de regularização fundiária dos territórios quilombolas que visa garantir a dignidade e a continuidade desses grupos étnicos. ■

SUBSECRETARIA DE MATERIAIS, ARQUIVO E GESTÃO DOCUMENTAL



Jorge Melchert, Takachi Ishizuka, Sakae Takinami e Carmen Lucia Uehara

A Subsecretaria de Materiais, Arquivo e Gestão Documental (UMAD) exerce atividades para toda a Seção Judiciária de São Paulo, incluindo gestão documental e memória, arquivo e depósito judicial, controle de material e patrimônio, além da área de logística. Está sob sua supervisão o transporte de juízes e servidores a serviço e de carga entre os fóruns do interior, Grande São Paulo, litoral e capital, incluindo a administração de uma frota de 22 veículos.

A área orienta e supervisiona uma equipe de servidores responsável por atender necessidades tanto da área fim quanto da área meio da instituição, suprimindo desde demandas por materiais diversos, guarda de bens acautelados e de processos judiciais, até formação e reciclagem de brigada de incêndio.

Responsável também pelo apoio administrativo do Anexo Administrativo Presidente Wilson, em uma área de 43 mil m², a UMAD fiscaliza os contratos terceirizados dos serviços desempenhados nas instalações como manutenção, limpeza, serviços gerais e segurança, incluindo os cuidados gerais com infraestrutura.

Com uma das maiores demandas processuais do país, a JFSP tem aproximadamente seis milhões de processos

em seu arquivo, com movimentação estimada mensal de 45 mil arquivamentos e 16 mil desarquivamentos. E quando o assunto é arquivologia, a UMAD dá suporte para todas as subseções da JFSP, através de um de seus núcleos, o Núcleo de Arquivo e Depósito Judicial (NUDJ), responsável por coordenar as rotinas informatizadas dos procedimentos arquivísticos e controle de acautelamento de materiais apreendidos.

A administração do arquivo e depósito judicial inclui recebimento, conferência e guarda de bens enviados por varas e instituições federais, que gera movimentação mensal aproximada de 50 acautelamentos com registro aproximado de 200 itens/lacres no Sistema de Controle de Entrada e Saída dos Bens Apreendidos - SISDEP.

Alinhado à guarda dos processos, o Núcleo de Gestão Documental e Memória (NUGE) é quem avalia os documentos, seguindo a tabela de temporalidade, levando em consideração a preservação da memória institucional.

Na busca por melhores processos de trabalho, a UMAD está em constante desenvolvimento. A prova disso foi a implantação do Sistema de Controle de Bens Patrimoniais - SIMAP, que permite o controle informatizado dos bens integrantes do acervo permanente com relatórios atualizados sobre a situação do patrimônio de cada unidade.

A implantação facilitou o controle rigoroso do Núcleo de Material e Patrimônio (NUMP), que também está participando do projeto de desenvolvimento do novo Sistema de Controle de Material de Consumo.

Além disso, atualmente a área está trabalhando na implantação o Sistema de Chamados Administrativos – SICAD, que permitirá o registro dos chamados com relatórios estatísticos.

O diretor Takachi Ishizuka destaca que um recente desafio enfrentado pela UMAD foi a “aplicação do conceito de valorização do servidor como bem essencial na instituição, que resultou na descentralização das informações, o reconhecimento do potencial e formação acadêmica de cada um dentro da estrutura administrativa”.

Para aproximar os profissionais e melhorar os fluxos de trabalho, a subsecretaria “derrubou as paredes”. “As diversas áreas anteriormente instaladas em salas pequenas e distintas foram unidas em uma única sala, facilitando a comunicação, aproximando os servidores e abrindo fontes de dados com visão macro para renovar os conceitos pessoais e institucionais”, explica Takachi Ishizuka. ■

Em fevereiro de 2018, a JFSP lançou o livro *A Memória da Justiça Federal em São Paulo*, produzido por meio de uma parceria entre o Núcleo de Gestão Documental e Memória e o Núcleo de Comunicação Social. A obra retratou informações sobre a evolução da Justiça Federal no Brasil, por meio de uma pesquisa documental, histórica e iconográfica. Acesse o livro [aqui](#).



EVENTOS E CULTURA



ADVENTURE SPORTS FAIR (19 A 21/10)

Será a 19ª edição do evento que envolve esporte e turismo de aventura da América Latina. Na programação há palestras e oficinas com especialistas, atletas e aventureiros, sendo referência para quem busca novos destinos com prática de atividades ao ar livre. Na feira é possível viver as emoções da pista de snowboard, a piscina de esportes a remo e tanque de mergulho. São Paulo Expo, Rodovia dos Imigrantes, Km 1,5. 



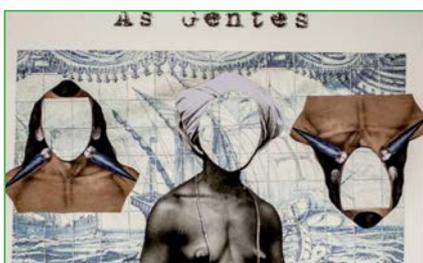
A MENINA E O TEMPO (ATÉ 25/11)

O novo espetáculo da Trupe Pé de Histórias reúne teatro, música e vídeo para contar a história de Nina, uma menina cheia de compromissos e sem tempo para brincar. No domingo, dia que ela e o pai passariam brincando, os dois perdem-se em seus smartphones e abre-se uma fenda no tempo. Sem energia nem Wi-Fi, Nina não tem aplicativos para voltar pra casa, até que encontra a tartaruga Antígona, a libélula Efêmera e a Siri Siri. Teatro Alfra, Rua Bento Branco de Andrade Filho, 722. 



MART'NÁLIA + MISTURADO (30/10)

Vencedora do 18º Grammy Latino (2017) com o melhor disco de samba + *misturado*, Mart'nália apresenta o show que dá nome ao álbum com grandes clássicos da MPB como “Estrela” (Gilberto Gil), “Tempo de Estio” (Caetano Veloso), “Linha do Equador” (Djavan/Caetano) e o medley “Ela disse-me assim”/“Loucura” (Lupicínio Rodrigues), passando ainda por Geraldo Azevedo, Teresa Cristina e outros nomes da música brasileira. Teatro Porto Seguro, Al. Barão de Piracicaba, 740. 



ROSANA PAULINO – (8/12 ATÉ 4/3/19)

A exposição na Pinacoteca de São Paulo reúne obras que abordam questões sociais, étnicas e de gênero, temas recorrentes na prática da artista desde sua emersão no cenário brasileiro em meados da década de 1990. Seus trabalhos têm como foco a posição da mulher negra na sociedade brasileira e os diversos tipos de violência sofridos por essa população, decorrente do racismo e outras marcas deixadas pela escravidão. 



NANDO REIS - VOZ E VIOLÃO

O cantor está percorrendo o país com o novo show *Nando Reis - Voz e Violão*. Ele canta seus sucessos em versões diferentes, exatamente como foram concebidas. O repertório é recheado de sucessos consagrados como “All Star”, “Diariamente” e “Relicário”. Além disso, versões de seus clássicos também marcam presença como “Luz dos Olhos”, “O Segundo Sol” e “Nos Seus Olhos”. No estado de São Paulo, os shows acontecem em São Paulo (18/10), São Caetano do Sul (29/11), Taguai (15/12), Jundiaí (21/12), Assis (22/12) e Tupã (23/12). 

 Este ícone indica que a matéria possui um link com a internet.

LIVROS E FILMES



NEOCONSTITUCIONALISMO E VERDADE - Limites democráticos da jurisdição constitucional
Assunto: Direito
Autor: Paulo Gustavo Guedes Fontes

Os princípios constitucionais, com sua maior abstração e carga valorativa, seriam parâmetros suficientes para a decisão em temas morais de grande indagação, como o aborto e a eutanásia? Esse é o questionamento abordado pelo desembargador federal, do TRF3, em sua obra. Dialogando com autores clássicos e contemporâneos, como David Hume, Ronald Dworkin e Jeremy Waldron, ele enfrenta a questão e adota a perspectiva de um relativismo moral moderado para criticar alguns postulados do neoconstitucionalismo e da jurisdição constitucional moderna.



AS ÚLTIMAS TESTEMUNHAS - Crianças na Segunda Guerra Mundial
Assunto: História
Autor: Svetlana Aleksievitch
Tradutora: Cecilia Rosas

A jornalista e Nobel de literatura, Svetlana Aleksievitch, reuniu os relatos de vários sobreviventes da Segunda Guerra que, quando crianças, testemunharam horrores que nenhum ser humano jamais deveria experimentar. A Segunda Guerra Mundial matou quase 13 milhões de crianças e, em 1945, apenas na Bielorrússia, havia aproximadamente 27 mil delas em orfanatos, resultado da devastação tremenda causada pelo conflito no país. Diante da experiência dessas crianças se revela uma dimensão pavorosa do que é viver num tempo de terror constante, cercado de morte, fome, desamparo, frio e todo tipo de sofrimento.

CINEMA

**DEUS NÃO ESTÁ MORTO**

Data de lançamento: 30 de agosto de 2018 (1h 45min)
Direção: Michael Mason
Elenco: David A.R. White, John Corbett, Mike C.
Gêneros: Drama
Nacionalidade: EUA

Em meio a um intenso debate sobre se uma universidade estadual deve ter uma igreja em seu campus, o pastor Dave (David R. White) é surpreendido com um incêndio na igreja Saint James, no qual morre seu grande amigo, o reverendo Jude (Benjamin A. Onyango). O incidente foi provocado por Adam (Mike C. Manning), que atirou um tijolo em uma janela da igreja após brigar com a namorada (Samantha Boscarino). A situação acirra o debate, ainda mais devido à proposta da universidade em comprar o terreno usado pela igreja para ali construir um centro educacional. Decidido a lutar até o fim, Dave busca ajuda com seu irmão Pearce (John Corbett), que é advogado.

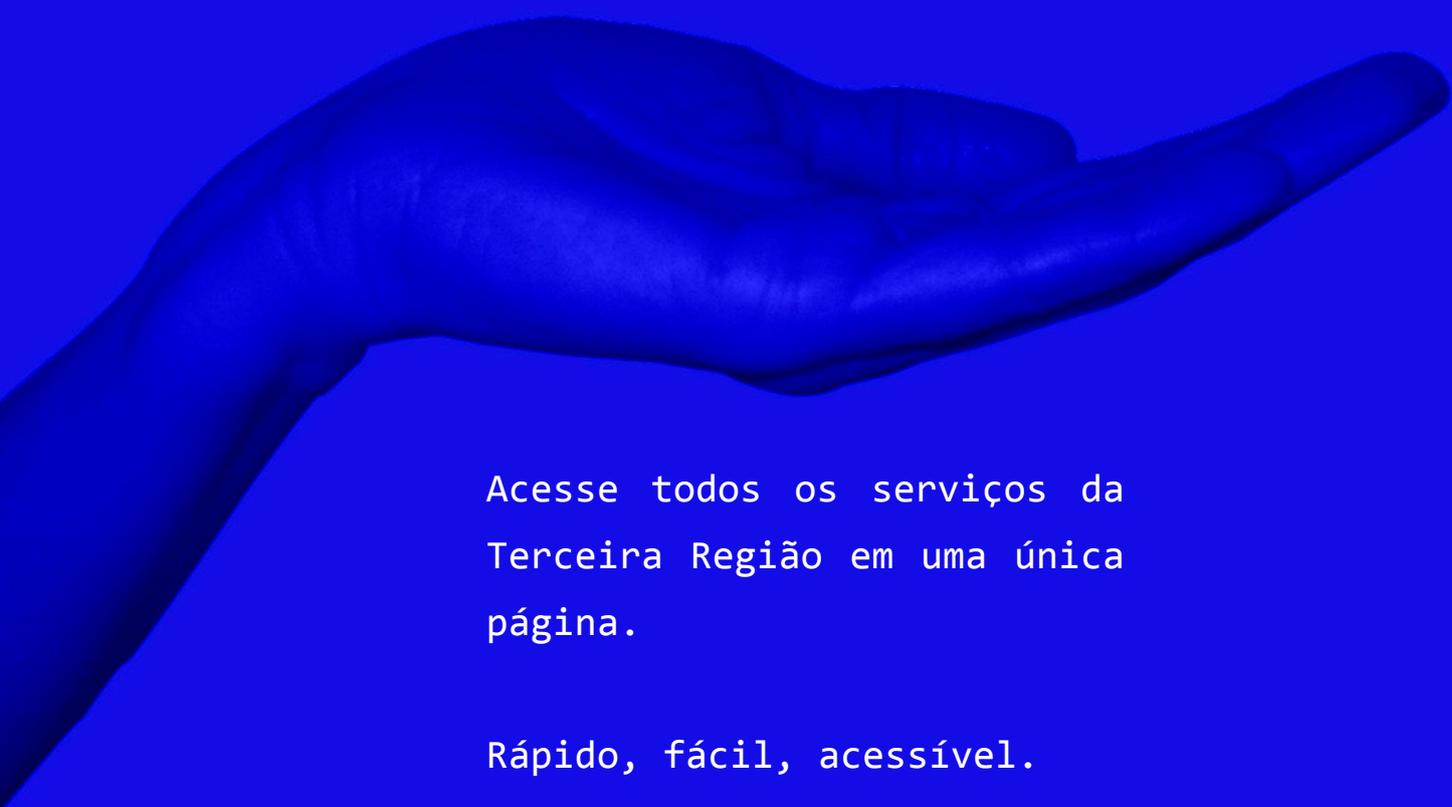
HOME VÍDEO

**A FAMÍLIA BÉLIER**

Data de lançamento: 25 de dezembro de 2014 (1h 46min)
Direção: Eric Lartigau
Elenco: GLouane Emera, Karin Viard, François Damiens
Gêneros: Comédia
Nacionalidade: França/Bélgica

Paula (Louane Emera) é uma adolescente francesa que enfrenta todas as questões comuns de sua idade: o primeiro amor, os problemas na escola, as brigas com os pais... Mas a sua família tem algo diferente: seu pai (François Damiens), sua mãe (Karin Viard) e o irmão são surdos e mudos. É Paula quem administra a fazenda familiar e que traduz a língua de sinais nas conversas com os vizinhos. Um dia, ela descobre ter o talento para o canto, podendo integrar uma escola prestigiosa em Paris. Mas como abandonar os pais e os irmãos?

CARTA DE SERVIÇOS DA JUSTIÇA FEDERAL

A hand is shown in profile, holding a card. The hand and card are rendered in a dark blue color against a lighter blue background. The card is held horizontally, with the fingers supporting it from underneath.

Acesse todos os serviços da
Terceira Região em uma única
página.

Rápido, fácil, acessível.

www.jfsp.jus.br/carta-servicos/